



# Sumário

---

*Nota do autor*, xv

*Introdução*, 1

- 1 Evolução mundial**, 5
- 2 Evolução no Brasil**, 33
- 3 Denominação**, 38
  - 1 Direitos naturais, 38
  - 2 Direitos do homem, 39
  - 3 Direitos humanos, 40
  - 4 Direitos fundamentais, 40
  - 5 Liberdades públicas, 41
  - 6 Direitos da cidadania, 42
  - 7 Direitos individuais, 43
  - 8 Direitos subjetivos públicos, 43
  - 9 Outras denominações, 43
  - 10 Constituições brasileiras, 43

**4 Conceito, 45**

- 1 Conceito, 45
- 2 Distinção, 47

**5 Teorias, 49**

- 1 Teoria jusnaturalista, 49
- 2 Teoria positivista, 51
- 3 Teoria moralista, 51
- 4 Teoria histórica, 52
- 5 Outras afirmações, 53
- 6 Teorias mistas, 54

**6 Classificação, 55**

- 1 Classificação, 55
- 2 Natureza jurídica, 60
- 3 Função, 60
- 4 Características, 61

**7 Ordem social, 62**

- 1 Ordem social, 62
- 2 Direitos sociais, 63

**8 Direitos fundamentais, 66**

**9 Liberdade de trabalho, 73**

**10 Trabalho análogo ao de escravo, 75**

- 1 Histórico, 75
- 2 Denominação, 76
- 3 Conceito, 76
- 4 Direito internacional, 78
- 5 Constituição, 80
- 6 O crime, 81
- 7 Resultados da utilização do trabalho escravo, 85
- 8 Direitos, 85
- 9 Seguro-desemprego, 87
- 10 Conclusão, 87



- 11 Não-discriminação, 89**
- 12 Deficientes físicos, 99**
  - 1 Histórico, 99
  - 2 Denominação, 100
  - 3 Conceitos, 101
  - 4 Normas internacionais, 104
  - 5 Legislações, 106
- 13 Direito à vida privada, 111**
- 14 Salário mínimo, 122**
- 15 Direito da criança e do adolescente, 128**
- 16 Saúde, 135**
- 17 Ratificação das convenções da OIT, 142**
  - 1 Justificativa, 142
  - 2 Obrigatoriedade, 142
  - 3 Hierarquia das convenções da OIT, 143
  - 4 Necessidade de promulgação das convenções, 152
  - 5 Classificação das convenções da OIT, 157
- 18 Convenção nº 143 da OIT, 158**
  - 1 Introdução, 158
  - 2 Classificação da Convenção nº 143 da OIT, 160
  - 3 Igualdade e não-discriminação, 161
  - 4 Convenção nº 143 da OIT, 163
  - 5 Conclusão, 173
- 19 Dispensa arbitrária, 175**
  - 1 Convenção nº 158 da OIT, 175
    - 1.1 Introdução, 175
    - 1.2 Classificação da convenção, 178
    - 1.3 Aplicabilidade, 179
    - 1.4 Constitucionalidade, 180

- 1.5 A Convenção nº 158 da OIT e a União Européia, 189
    - 1.5.1 As diretivas, 189
    - 1.5.2 Espanha, 190
    - 1.5.3 França, 190
    - 1.5.4 Itália, 191
    - 1.5.5 Portugal, 192
  - 1.6 Aplicabilidade, 195
  - 1.7 Causas para a dispensa, 198
  - 1.8 Causas injustificáveis, 201
  - 1.9 Procedimento prévio, 203
  - 1.10 Recurso contra o término do contrato, 205
  - 1.11 Aviso prévio, 208
  - 1.12 Indenização e seguro-desemprego, 209
  - 1.13 Ônus da prova, 210
  - 1.14 Dispensa coletiva, 211
  - 1.15 Notificação à autoridade competente, 212
  - 1.16 Conclusão, 214
  - 2 Denúncia da Convenção nº 158 da OIT, 216
    - 2.1 Extinção das normas internacionais, 216
    - 2.2 Denúncia, 216
      - 2.2.1 Conceito, 216
      - 2.2.2 Espécies, 217
      - 2.2.3 Forma, 218
      - 2.2.4 Contagem do prazo, 218
      - 2.2.5 Necessidade de exame pelo Congresso Nacional, 220
      - 2.2.6 Conclusão, 225
- 20 Liberdade sindical, 226**
- 1 Introdução, 226
  - 2 Histórico, 227
  - 3 Conceito, 229
  - 4 Garantias, 230
  - 5 Classificação, 232
  - 6 Sistemas de liberdade sindical, 233
  - 7 Autonomia sindical, 234

- 8 Importância, 236
- 9 Aplicabilidade, 237
- 10 Obrigatoriedade, 237
- 11 Liberdade de associação, 239

## **21 Liberdade de reunião, 241**

*Conclusão*, 246

*Bibliografia*, 249

*Índice remissivo*, 257